

## MERCADO DE TRABALHO

# Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 05 de setembro de 2023.

## Sumário

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram aumento de 6,2% no segundo trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022, apontando a desaceleração da recuperação da renda. A renda média habitual real de R\$ 2.924, registrada no segundo trimestre de 2023, pela primeira vez supera os níveis observados no mesmo trimestre de 2019 (R\$ 2.904), imediatamente anterior à pandemia. Estimativas mensais mostram que o rendimento habitual médio real em junho de 2023 (R\$ 2.936) foi 1,8% maior que o observado no mês anterior (R\$ 2.883) e 0,2% maior que o registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.929). A renda efetiva também cresceu 5,8% na comparação interanual no segundo trimestre de 2023.

Por grupos demográficos, os maiores aumentos na renda na comparação com o mesmo período do ano passado foram registrados no Centro-Oeste e no Nordeste, entre os trabalhadores jovens adultos (entre 25 e 39 anos) e com ensino fundamental incompleto. Nenhum grupo demográfico de trabalhador apresentou queda na renda, mas o crescimento foi menor para os que habitam no Sul e em regiões não metropolitanas, os maiores de 60 anos, aqueles com ensino médio completo e os chefes de família.

Na análise por tipo de vínculo, revela-se que o menor crescimento dos rendimentos no segundo trimestre de 2023 encontra-se nos trabalhadores do setor privado com carteira, com elevação da renda habitual de 4,1%, e os trabalhadores do setor público 4%. Por sua vez, os trabalhadores informais foram os que tiveram o maior aumento da renda habitual, com acréscimo de 7,5% para os trabalhadores por conta própria e de 4,9% para os sem carteira. Isso se refletiu no comportamento da renda por setor de atividade: os setores mais informais, mais atingidos pela pandemia, são os que agora mostram crescimento da renda (agricultura, comércio, construção, e alojamento e alimentação), ao passo que setores mais formais, como administração pública, educação e saúde, e indústria, apresentaram menor elevação da renda habitual ou efetiva. No entanto, nesse segundo trimestre de 2023 observa-se menor crescimento da renda em setores bastante informais, como serviços pessoais e coletivos e transporte.

No segundo trimestre de 2023, com a estabilidade da renda na margem, a massa salarial habitual alcançou R\$ 284,3 bilhões, 7,2% ou R\$ 19 bilhões maior que no

mesmo trimestre de 2022, porém somente 1% maior que no trimestre anterior (R\$ 2,8 bilhões). Esse pequeno aumento na margem se deve ao crescimento da população ocupada, visto que os rendimentos médios ficaram estáveis.

Um importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. No segundo trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho situou-se em 23,3%, mais de 1 ponto percentual acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior.

Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice de Gini se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. No entanto, o segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No segundo trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar caiu ligeiramente para 0,517. Já o índice de Gini da renda individual apresentou uma queda maior desde o terceiro trimestre de 2022, reduzindo-se de 0,494 para 0,488 no segundo trimestre de 2023.

## 1 Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do segundo trimestre de 2023 mantiveram a relativa estabilidade observada no trimestre anterior, após a recuperação da renda ao longo de 2022. Como mostra o gráfico 1, houve um crescimento de 8,3% no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, consolidando uma recuperação da renda média que se iniciara no começo do ano. No primeiro e segundo trimestres de 2023, o crescimento interanual da renda habitual média foi de 7,4% e 6,2% respectivamente, apontando a desaceleração da recuperação da renda. A renda média do primeiro trimestre atingiu R\$ 2.925 contra R\$ 2.924 no segundo trimestre (em reais de junho de 2023). No trimestre móvel terminado em julho, a renda média alcançou R\$ 2.935, representando um aumento interanual de 5,1%.

Parte da forte queda da renda mostrada no gráfico 1, em 2021, é apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado. Ou seja, tanto o crescimento do rendimento real médio observado durante 2020 quanto a queda verificada a partir de 2021 resultaram, em grande medida, de um efeito composição. No caso da elevação observada em 2020, esse efeito composição foi originado por duas fontes distintas. Primeiro, a elevação da renda habitual média se deveu ao fato de que grande parte da perda de ocupações ocorreu nos segmentos com as piores remunerações,<sup>1</sup> de forma que os que permaneceram ocupados foram aqueles de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se pontuar que, após o segundo trimestre de 2020, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. Na medida em que tais impactos não estivessem aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.<sup>2</sup>

De forma simétrica, parte da queda dos rendimentos médios a partir de 2021 deveu-se ao retorno dos trabalhadores informais e por conta própria ao mercado de trabalho,<sup>3</sup> levando à redução do rendimento habitual médio, que saiu de um pico no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 (R\$ 3.132) até atingir R\$ 2.682 no último trimestre de 2021.

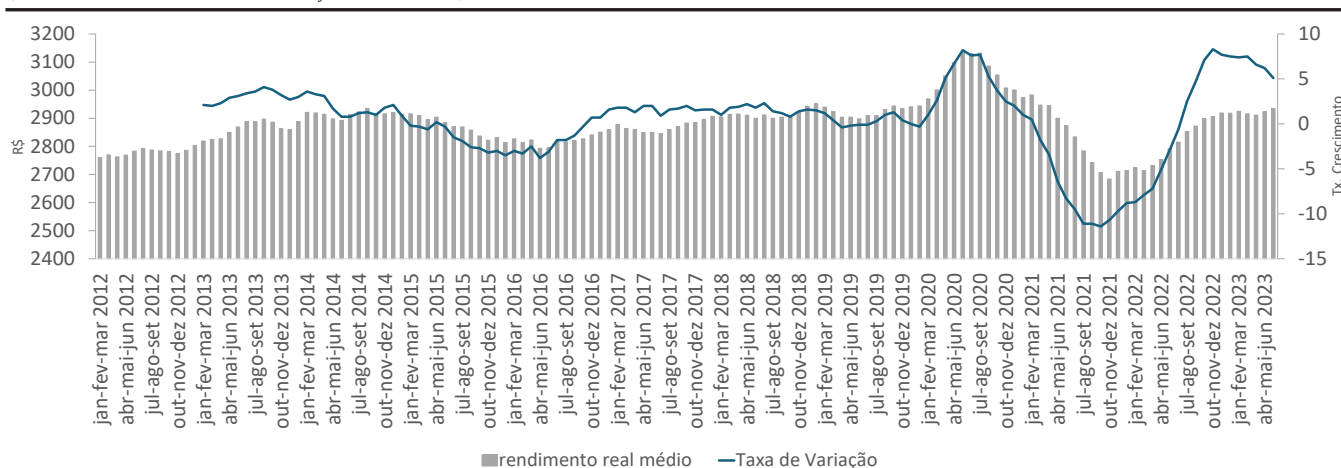
1. Nos setores de construção, comércio, e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria.

2. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/> >.

3. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em: < <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/> >.

Nota-se ainda que a recuperação da renda habitual ao longo de 2022 indica o retorno à normalidade do mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2023, a renda média já se aproximara um pouco mais do que fora observado no ano imediatamente anterior à pandemia, estando 0,5% abaixo do observado no primeiro trimestre de 2019. Por sua vez, a renda média do segundo trimestre de 2023 encontra-se 0,6% acima da observada no mesmo trimestre de 2019.

**GRÁFICO 1**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio**  
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)

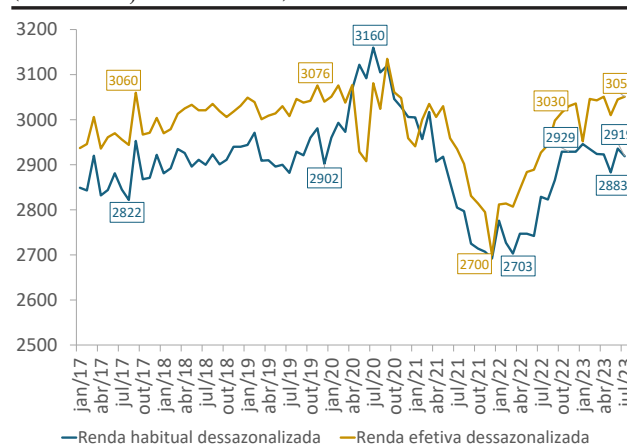


Fonte: PNAD Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais elaboradas na *Nota de Conjuntura* nº 10 (Mercado de Trabalho),<sup>4</sup> feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua, são apresentadas no gráfico 2. Esses dados mensais permitem observar melhor a intensidade da recuperação da renda em 2022 e a estabilização recente, tendo em vista que o rendimento habitual médio real em junho de 2023 (R\$ 2.936), apesar de 1,8% maior que o observado no mês anterior (R\$ 2.883), é somente 0,3% superior ao valor de março do mesmo ano e 0,2% maior que o valor registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.929). No mês de julho, a estimativa mensal recuou para R\$ 2.919.

Como mostra também o gráfico 2, a renda efetiva média em julho (R\$ 3.051) foi 0,2% maior que o observado no mês anterior (R\$ 3.045), mas também se situa muito próximo do valor registrado em dezembro de 2022 (R\$ 3.036).

**GRÁFICO 2**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual e efetivo médio mensal dessazonalizado**  
 (Em R\$ de junho de 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

4. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804\\_nota10\\_indicadores\\_mensais\\_mercado\\_trabalho\\_jun22.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_nota10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf)>.

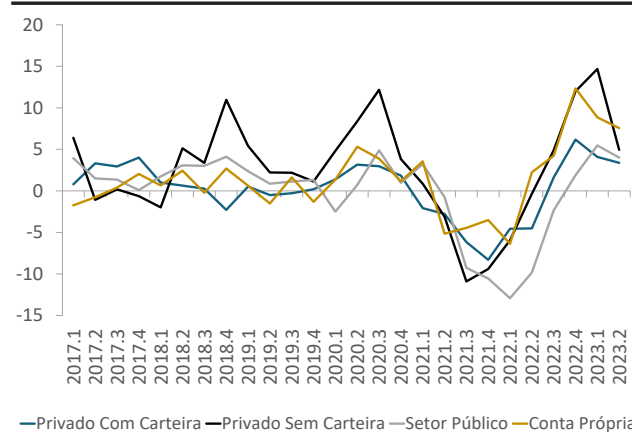
Na abertura por vínculo de ocupação, apresentado no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público, que vinham apresentando o menor crescimento real de rendimentos habituais médios, obtiveram no segundo trimestre de 2023 aumento de 4% da renda em comparação com o mesmo trimestre de 2022 (contra um crescimento interanual de 5,5% no trimestre anterior). Este grupo fora o único que apresentou uma intensificação da queda da renda até o primeiro trimestre de 2022 e uma recuperação mais lenta na margem. Por sua vez, os empregados privados do lado formal da economia obtiveram um crescimento da renda habitual de 3,4% no segundo trimestre de 2023 em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, mantendo uma desaceleração do crescimento da renda.

Em contrapartida, os trabalhadores informais, sejam aqueles por conta própria ou empregados sem carteira, mostraram ao longo do ano passado uma recuperação da renda mais veloz, que pouco havia desacelerado no início de 2023. Já no segundo trimestre, os trabalhadores por conta própria ainda apresentaram um crescimento interanual de 7,6%, e os empregados sem carteira registraram uma desaceleração mais forte com um crescimento de 4,9% no mesmo trimestre.

Na tabela 1, apresentam-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual para o período de 2020 a 2023. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto, para esses trabalhadores, a renda habitual cresceu 5,3% no segundo trimestre de 2020, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, sinalizando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. De modo contínuo, o desempenho da renda dos trabalhadores por conta própria manteve-se superior ao das demais posições na ocupação ao longo de 2022. Já no segundo trimestre de 2023, a renda efetiva desses trabalhadores cresceu 7%, um aumento menos intenso que o observado no trimestre anterior (8,1%), mas ainda acima da média nacional verificada na última coluna (5,8%).

Os empregados do setor privado com carteira apresentaram um aumento da renda efetiva no segundo trimestre de 2023 de 3,4%. E os trabalhadores do setor público obtiveram uma renda efetiva 2,5% maior no segundo trimestre de 2023 do que no mesmo trimestre do ano anterior. Os empregados sem carteira com um crescimento interanual de 5,3% da renda efetiva mostraram uma considerável desaceleração em relação aos dois trimestres anteriores.

**GRÁFICO 3**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo**  
 (Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

**PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, por tipo de vínculo**  
(Em %)

	Privado com carteira	Privado sem carteira	Setor público	Conta própria	Total
<b>Painel A: Crescimento interanual da renda habitual</b>					
2020.1	1,4	4,8	-2,5	1,4	1
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3	6,7
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9	7,7
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2	2,5
2021.1	-2,1	0,9	3,2	3,6	0,5
2021.2	-2,8	-3,1	-0,8	-5,2	-6,4
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5	-11,1
2021.4	-8,3	-9,4	-10,5	-3,5	-10,7
2022.1	-4,6	-5,9	-12,9	-6,4	-8,7
2022.2	-4,5	-0,4	-9,8	2,2	-5,1
2022.3	1,6	4,9	-2,3	4,2	2,5
2022.4	6,2	12,0	1,9	12,3	8,3
2023.1	4,1	14,7	5,5	8,9	7,4
2023.2	3,4	4,9	4,0	7,5	6,2
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva</b>					
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5	0,7
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6	-1,4
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2	1,8
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9	-1,1
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5	-2,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3	1
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6	-6,1
2021.4	-6,6	-7,6	-9,6	2,7	-8,5
2022.1	-1,9	-4,5	-10,9	-2,8	-6,2
2022.2	-4,6	1,5	-9,8	6,0	-4
2022.3	1,1	4,9	-3,0	5,4	2,5
2022.4	7,6	13,6	1,5	14,3	9,4
2023.1	4,5	16,0	4,4	8,1	7,1
2023.2	3,4	5,3	2,5	7,0	5,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda efetiva mostrou maiores aumentos no Centro-Oeste e no Nordeste para o segundo trimestre de 2023 (7,9% e 6,5%, respectivamente). A região Norte teve aumento de 6% na renda efetiva e 7,5% na renda habitual. O Sudeste, que também indicava uma recuperação mais lenta da renda até o terceiro trimestre de 2022, obteve um crescimento de 5,4% da renda habitual no segundo trimestre de 2023 em relação ao mesmo trimestre de 2022.

O corte por gênero revela que os rendimentos efetivos e habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens nos últimos trimestres, apresentaram nos dois primeiros trimestres de 2023 um crescimento interanual maior que o masculino (no segundo trimestre, 7,3% contra 5,7% da renda habitual e 6,9% contra 5,3% da renda efetiva).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda tem sido melhor para os jovens adultos nos últimos trimestres, que apresentaram um crescimento da renda efetiva de 5,9% no segundo trimestre de 2023. Os trabalhadores entre 40 e 59 anos, que vinham mostrando maiores quedas do rendimento, no trimestre mais recente, apresentaram aumento de cerca de 5,2% da renda efetiva. Por sua vez, os trabalhadores mais jovens e



os mais velhos foram uns dos poucos grupos que mostraram uma aceleração do crescimento da renda no início de 2023. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os trabalhadores com ensino fundamental incompleto mantiveram um crescimento da renda efetiva acima de 7%. Porém, todos os trabalhadores até o ensino médio incompleto apresentaram um crescimento interanual da renda maior no segundo trimestre de 2023 do que no trimestre anterior.

TABELA 2

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo (1º trim./2022-2º trim./2023)**

(Em %)

	Renda habitual						Renda efetiva					
	1º T/2022	2º T/2022	3º T/2022	4º T/2022	1º T/2023	2º T/2023	1º T/2022	2º T/2022	3º T/2022	4º T/2022	1º T/2023	2º T/2023
Centro-Oeste	-4,8	-2,8	8,6	12,3	10,6	9,1	-2,0	-1,4	8,3	14,1	10,0	7,9
Nordeste	-7,5	-5,7	1,4	5,8	9,1	7,5	-4,2	-3,9	0,7	6,4	8,1	6,5
Norte	-4,1	0,8	4,4	12,0	6,7	7,5	0,5	1,3	5,3	13,5	7,1	6,0
Sudeste	-9,9	-5,9	1,0	8,0	7,0	5,4	-8,2	-4,5	1,5	9,1	7,0	5,5
Sul	-9,5	-4,4	4,0	8,4	5,5	4,9	-6,1	-5,0	3,1	9,6	5,2	4,3
Masculino	-8,3	-4,1	3,3	9,4	7,3	5,7	-5,5	-3,1	3,4	10,6	7,0	5,3
Feminino	-8,7	-6,0	1,7	6,7	7,7	7,3	-6,7	-4,7	1,5	7,7	7,5	6,9
14 a 24 anos	-0,5	-4,7	1,0	9,0	6,2	6,8	0,8	-4,8	0,4	10,5	6,4	5,7
25 a 39 anos	-4,3	-0,9	4,4	11,8	9,0	6,0	-1,8	0,4	4,6	13,0	9,0	5,9
40 a 59 anos	-11,0	-6,1	1,7	5,4	6,5	5,8	-7,9	-5,4	1,6	6,1	5,7	5,2
60 anos ou mais	-15,0	-12,6	1,3	6,5	3,2	4,5	-14,5	-9,4	1,5	9,1	4,4	4,6
Não chefe de família	-5,6	0,0	5,0	10,6	7,6	6,3	-3,2	1,3	5,1	12,0	7,7	6,1
Chefe de família	-10,6	-8,4	0,7	6,3	7,2	6,0	-8,0	-7,5	0,7	7,1	6,7	5,3
Fundamental incompleto	-0,1	0,0	5,4	8,7	6,9	7,5	2,8	-1,6	5,1	10,4	6,8	7,4
Fundamental completo	-4,5	0,9	4,1	6,1	3,0	4,5	2,0	2,3	4,3	7,3	2,8	4,3
Médio incompleto	-3,4	-2,2	5,6	7,4	5,2	6,0	-0,2	-3,3	5,7	9,8	5,2	6,6
Médio completo	-2,1	-0,2	4,0	6,8	5,3	3,5	0,7	1,2	4,2	7,9	4,8	3,2
Superior	-9,4	-5,6	0,3	7,3	7,4	5,1	-6,9	-3,9	0,2	8,0	7,1	4,4
Região não metropolitana	-6,5	-3,2	4,2	7,2	4,9	4,5	-3,9	-2,9	4,2	8,2	4,5	4,1
Região metropolitana	-10,5	-6,4	1,0	9,5	9,4	7,8	-8,1	-4,6	1,0	10,6	9,3	7,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 3 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual e efetivo por setores de atividade. Seguindo o padrão durante a pandemia, a maior parte dos setores apresentou um aumento da renda habitual e queda da renda efetiva no segundo semestre de 2020. No entanto, as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio e construção) foram as que apresentaram maior queda da renda efetiva durante 2020, e justamente esse impacto maior explica uma recuperação da renda efetiva nesses setores após a segunda metade de 2021.

Esse padrão permanece ao longo de 2022, ou seja, setores mais formais com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e menor recuperação, com destaque para a administração pública (quedas de 11,5% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e de 0,6% no terceiro trimestre) e educação e saúde (quedas de 11,1% e 5,3% da renda efetiva no segundo e terceiro trimestres, respectivamente), além da indústria (queda de 1,5% da renda efetiva no terceiro trimestre de 2022). No segundo trimestre de 2023, há uma maior desaceleração do crescimento da renda nos setores de transporte e serviços pessoais, com crescimento intera-

nual da renda habitual em torno de 1%. Já os trabalhadores da agricultura, indústria, construção e comércio mostraram um crescimento maior que o observado no trimestre anterior. O setor de alojamento e alimentação também manteve um forte crescimento da renda no segundo trimestre de 2023.

Os valores da renda média habitual por setor de atividade são apresentados na tabela A.3 do apêndice.

TABELA 3

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (3º trim./2020-2º trim./2023)**

(Em %)

Painel A: Renda habitual	3º T - 2020	4º T - 2020	1º T - 2021	2º T - 2021	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023
Agricultura	7,7	3,8	-1,3	-3,3	-3,3	-5,6	1,7	2,2	12,6	13,5	6,5	7,0
Indústria	12,9	4,7	-4,8	-11,9	-14,3	-15,8	-7,0	-6,5	-2,0	6,2	4,0	4,6
Construção	-0,9	-3,1	-8,1	-15,0	-8,2	-3,7	5,0	5,1	5,4	14,4	4,3	8,0
Comércio	5,6	-0,6	-3,9	-8,2	-12,0	-6,8	-2,4	1,4	8,4	7,4	7,4	7,5
Serviços profissionais <sup>1</sup>	6,9	0,2	-3,0	2,0	-9,2	-8,7	-4,0	-4,7	3,3	10,0	7,7	5,4
Transporte	-3,1	-8,0	-7,3	-10,7	-2,8	0,8	-1,5	5,8	3,9	8,6	6,0	1,1
Serviços pessoais e coletivos <sup>2</sup>	1,6	-3,1	-4,7	-11,5	-8,2	-5,0	-1,6	4,0	9,6	9,2	9,4	1,2
Administração pública	2,4	1,8	3,3	0,7	-11,3	-13,9	-15,7	-11,3	0,0	1,8	6,4	4,4
Educação e saúde	4,4	0,8	7,6	-1,1	-7,8	-11,2	-17,8	-11,9	-5,2	5,4	7,6	5,4
Alojamento e alimentação	-0,8	-7,4	1,2	-11,5	-6,1	-3,3	-5,0	4,6	2,6	10,8	10,2	8,1
Painel B: Renda efetiva	3º T - 2020	4º T - 2020	1º T - 2021	2º T - 2021	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023
Agricultura	5,0	2,0	-2,4	7,6	-1,1	-6,4	0,5	-5,3	12,7	16,1	6,7	8,1
Indústria	7,8	1,6	-7,9	-7,4	-10,1	-14,4	-6,1	-5,2	-1,5	8,7	4,7	3,5
Construção	-7,7	-6,6	-12,0	-8,3	-0,6	-0,6	9,3	7,6	5,3	15,1	4,2	9,8
Comércio	-1,5	-4,8	-8,1	0,2	-6,2	-3,6	0,9	5,0	8,2	8,6	7,0	6,7
Serviços profissionais <sup>1</sup>	-0,8	-4,1	-5,5	10,8	-2,5	-5,4	0,5	-3,7	3,6	11,2	7,6	5,8
Transporte	-11,4	-13,6	-11,7	-1,0	5,9	4,9	3,0	8,0	2,3	10,3	4,5	0,7
Serviços pessoais e coletivos <sup>2</sup>	-10,0	-9,9	-9,6	5,3	2,0	0,1	3,0	9,3	10,8	10,5	10,3	-0,3
Administração pública	1,4	0,7	1,3	2,0	-10,4	-13,2	-14,8	-11,5	-0,6	1,5	6,4	3,1
Educação e saúde	0,6	-1,9	6,3	4,4	-3,5	-8,6	-15,2	-11,1	-5,3	5,2	6,2	4,3
Alojamento e alimentação	-16,0	-14,3	-13,6	8,6	8,1	1,7	8,8	9,7	5,5	14,1	8,6	8,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

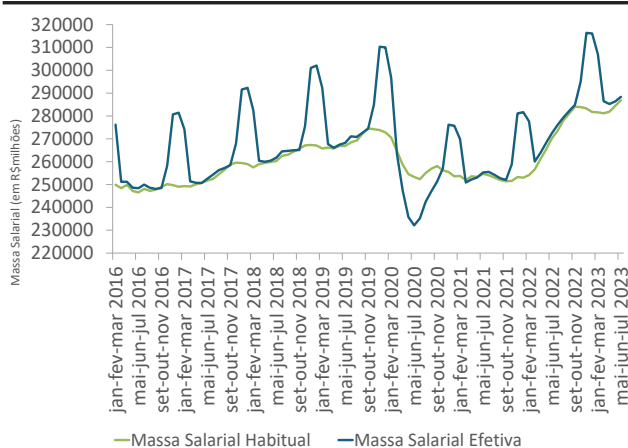
<sup>1</sup> Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

<sup>2</sup> Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual teve quedas menos intensas, justamente em virtude da recuperação da população ocupada durante 2021. Ao longo de 2022, aliando-se o aumento da população ocupada à recuperação da renda, a massa salarial apresentou expressiva elevação, tendo a habitual aumentado 12,8% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. No segundo trimestre de 2023, com a contínua estabilidade da renda, a massa salarial alcançou R\$ 284,4 bilhões, 7,2% ou R\$ 19 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2022, porém somente 1% maior que no trimestre anterior (R\$ 2,8 bilhões). Esse pequeno aumento na margem se deve ao crescimento da população ocupada, visto que os rendimentos médios ficaram estáveis. No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial habitual foi de R\$ 286,8 bilhões ou 6,2% maior na comparação interanual.

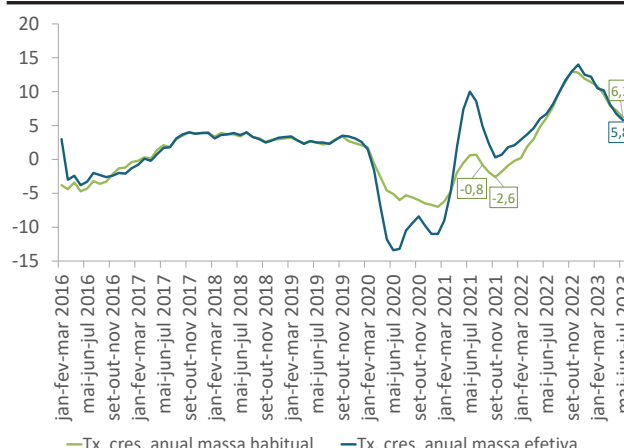
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No quarto trimestre de 2022 houve um crescimento de 14%, e no segundo trimestre de 2023 o crescimento interanual foi de 6,7%, alcançando a soma de R\$ 286,3 bilhões (R\$ 18 bilhões maior que no primeiro trimestre de 2022). No trimestre móvel terminado em julho, a massa salarial efetiva foi de R\$ 288,3 bilhões ou 5,8% maior na comparação interanual.

**GRÁFICO 4**  
**Massa salarial real, habitual e efetiva**  
 (Em R\$ milhões de junho de 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva**  
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis de tempo, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 4, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que reflete na maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, mas também foram os domicílios que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021, com a maior retomada das atividades. No segundo trimestre de 2023, todas as faixas de renda domiciliares mostraram um crescimento da renda efetiva acima de 3%, reforçando a consolidação da sua recuperação observada ao longo dos últimos trimestres. O crescimento observado foi maior na faixa de renda mais alta (8,16%, faixa 6) e menor na faixa de renda média (3,13%, faixa 4).



TABELA 4

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**  
(Taxa de variação interanual, em %)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2017.1	1,56	0,64	0,58	0,83	0,92	-1,80
2017.2	3,81	1,94	0,32	-0,18	1,16	2,97
2017.3	3,73	1,51	0,04	-0,74	0,45	6,36
2017.4	4,74	1,51	-0,45	-0,99	1,25	6,24
2018.1	2,73	0,46	-0,52	-0,85	0,99	5,85
2018.2	0,21	-0,32	-1,13	-1,44	-1,52	3,22
2018.3	-0,15	-0,19	-1,48	-0,83	-1,46	4,24
2018.4	-1,87	-0,79	0,06	1,05	-0,70	-1,04
2019.1	-0,82	-0,11	-0,06	0,82	-0,97	0,79
2019.2	-0,74	-0,25	1,44	2,70	2,10	1,09
2019.3	-0,44	0,07	2,11	3,50	2,59	-0,48
2019.4	-0,47	-1,10	0,26	0,87	0,00	0,09
2020.1	-0,79	0,19	1,36	1,54	0,73	-2,63
2020.2	17,02	9,76	6,31	4,16	3,21	-2,27
2020.3	11,74	7,10	4,69	3,59	3,05	-0,69
2020.4	5,45	5,29	3,29	2,22	2,99	-6,16
2021.1	4,57	2,25	2,25	1,73	1,62	0,99
2021.2	-13,54	-8,03	-6,27	-5,47	-5,11	-7,45
2021.3	-11,03	-6,60	-5,67	-5,72	-4,51	-7,86
2021.4	-7,17	-4,96	-4,18	-3,54	-3,99	-3,11
2022.1	-5,94	-3,95	-4,22	-3,59	-2,86	-8,92
2022.2	-3,82	-2,82	-1,40	-1,29	-2,28	0,28
2022.3	1,38	1,49	1,77	1,68	1,11	3,92
2022.4	-0,93	-1,91	-1,44	-1,44	-1,78	0,79
2023.1	4,37	5,30	4,81	3,85	4,41	8,79
2023.2	3,76	4,68	3,32	3,13	4,82	8,16

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 5, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho entre 2020 e 2022. O que mais chama atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho em razão da pandemia, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. Após isso, inicia-se uma tendência de retorno aos patamares imediatamente anteriores à pandemia, permanecendo em torno de 22% ao longo de 2022. Contudo, houve um novo aumento no início de 2023, tendo a proporção de domicílios sem renda do trabalho alcançado 23,3% no segundo trimestre, mais de 1 ponto percentual acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior.

Nesse trimestre houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda baixa (faixa 2) e uma diminuição nas faixas de renda mais elevada, especialmente em renda média-alta (faixa 5). No painel B mostra-se que o desempenho da renda domiciliar efetiva foi menor na faixa de renda média (faixa 4), com crescimento de 2,5%, e houve um aumento de 7,72% na faixa de renda alta (faixa 6).

TABELA 5

**PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim./2020-2º trim./2023)**

(Em %)

	Faixa de renda						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
<b>Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva</b>							
2020.1	22,7	26,23	11,79	16,28	14,39	5,82	2,79
2020.2	28,71	28,4	11,17	14,3	11,12	4,34	1,96
2020.3	27,84	28,69	11,38	14,54	10,9	4,51	2,14
2020.4	25,21	28,03	12,58	14,91	12,07	4,89	2,32
2021.1	25,12	27,1	12,5	14,7	12,65	5,42	2,5
2021.2	24,24	29,28	12,83	14,62	11,98	4,92	2,13
2021.3	23,07	29,62	12,92	15,55	12,02	4,79	2,03
2021.4	22,18	28,98	13,24	16,0	12,76	4,93	1,93
2022.1	23,37	26,6	12,82	15,78	13,72	5,53	2,18
2022.2	22,12	28,39	13,31	16,28	13,0	4,93	1,98
2022.3	22,04	28,54	13,08	16,03	13,16	5,14	2,0
2022.4	22,0	26,05	12,76	16,47	14,49	5,84	2,39
2023.1	23,46	26,83	12,2	15,3	13,95	5,87	2,39
2023.2	23,3	28,2	12,5	15,66	13,33	5,07	1,93
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho</b>							
2020.1	-	-0,55	0,34	0,89	0,86	0,86	-3,53
2020.2	-	-0,32	-0,32	-0,21	-0,12	-1,26	-4,67
2020.3	-	0,84	-0,73	-0,72	-1,02	-0,75	-3,66
2020.4	-	0,13	0,64	0,33	-0,87	-0,61	-7,56
2021.1	-	-0,33	-0,63	-0,26	-0,93	-1,42	-0,70
2021.2	-	-1,56	-0,51	-0,48	-1,92	-0,72	-2,79
2021.3	-	-2,61	-0,36	-0,66	-1,27	-0,51	-4,45
2021.4	-	-3,15	-2,08	-1,77	-1,54	-1,44	-1,75
2022.1	-	-1,49	-1,37	-1,58	-1,22	-0,21	-5,38
2022.2	-	-0,81	-0,57	-0,54	-0,37	-1,08	0,37
2022.3	-	1,89	1,85	1,38	1,23	0,79	4,51
2022.4	-	0,52	-1,16	-1,03	-0,97	-1,17	2,18
2023.1	-	6,22	5,95	4,03	3,52	3,52	6,81
2023.2	-	4,97	4,48	2,99	2,50	3,32	7,72

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486, no segundo trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No segundo trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar caiu ligeiramente para 0,517. Já o índice de Gini da renda individual apresentou uma queda maior desde o terceiro trimestre de 2022, reduzindo-se de 0,494 para 0,488 no segundo trimestre de 2023.

Os dados do gráfico 7, que mostram o índice de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira. De fato, o índice para

esse grupo avançou de 0,504, no primeiro trimestre de 2020, para 0,526, no terceiro trimestre do mesmo ano, refletindo a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse segmento de permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia. Contudo, cabe salientar que o aumento da desigualdade entre os empregados sem carteira mostra-se persistente, sendo este o único grupo em que o índice de Gini encontra-se em patamares substancialmente acima dos observados em 2016 e 2017.

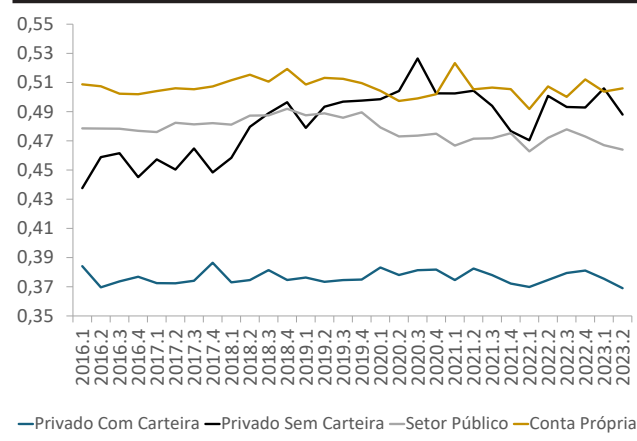
No segundo trimestre de 2023, foram os trabalhadores por conta própria que mostraram um aumento da desigualdade, enquanto entre os trabalhadores do setor público, empregados sem carteira e empregados com carteira houve uma redução da desigualdade.

**GRÁFICO 6**  
Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 7**  
Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua mostraram que, no segundo trimestre de 2023, a renda média manteve uma relativa estabilidade após um processo de recuperação da renda habitual e efetiva ao longo de 2022. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 6,2%, apontando a desaceleração da recuperação da renda. Estimativas mensais mostram que o rendimento médio real em junho de 2023 (R\$ 2.936) foi 1,8% maior que o observado no mês anterior (R\$ 2.883) e somente 0,2% maior que o registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.929).

Além disso, os trabalhadores por conta própria foram os que mais sustentaram o crescimento da renda, porém os empregados privados sem carteira mostraram maior desaceleração desse crescimento. Os dados do segundo trimestre de 2023, assim como os do trimestre anterior, ainda revelam um melhor desempenho da renda dos trabalhadores sem carteira e por conta própria em comparação com os ocupados em postos formalizados.

Esse padrão ainda se reflete no comportamento da renda por setores de atividades, sendo aqueles mais informais, os que agora mostram crescimento da renda mais intenso (agricultura, construção, comércio e alojamento e alimentação). No entanto, nesse segundo trimestre de 2023 observa-se menor crescimento da renda em setores bastante informais, como serviços pessoais e coletivos e transporte.

Contudo, confirmando a consolidação da recuperação da renda, todas as faixas domiciliares mostraram um crescimento da renda efetiva acima de 3%. O índice de Gini da renda domiciliar manteve-se estável em relação ao quarto trimestre de 2022, e o índice da renda individual recuou de 0,491 para 0,488.

## Apêndice

TABELA A.1

### PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$ de maio de 2023)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1045,8	1568,5	2001,4	3065,5	5874,2	14867,3
2012.2	1044,7	1608,3	2027,4	3220,2	6458,0	15667,4
2012.3	1044,9	1592,4	2025,7	3208,7	6382,8	16063,3
2012.4	1039,0	1590,7	2031,8	3196,5	6182,5	15645,0
2013.1	1056,5	1600,5	2041,5	3144,9	6014,5	15495,7
2013.2	1054,1	1620,9	2081,1	3244,3	6407,6	16251,8
2013.3	1075,2	1616,7	2097,3	3249,7	6377,9	16227,0
2013.4	1058,5	1612,3	2092,0	3217,5	6203,7	15500,6
2014.1	1075,8	1634,9	2095,0	3150,8	6112,9	15395,7
2014.2	1103,3	1630,6	2178,9	3269,2	6465,1	16337,7
2014.3	1100,1	1632,4	2163,9	3287,9	6397,6	16506,0
2014.4	1096,5	1626,9	2149,9	3261,7	6430,6	15908,8
2015.1	1116,7	1632,7	2136,3	3179,2	6173,6	15906,7
2015.2	1098,1	1653,9	2125,7	3304,5	6549,8	17099,7
2015.3	1091,7	1670,7	2119,5	3322,6	6546,2	16749,1
2015.4	1052,3	1675,2	2055,1	3158,1	6135,8	15949,9
2016.1	1068,6	1667,5	2058,5	3035,1	5741,4	14642,0
2016.2	1056,8	1686,8	2114,6	3304,9	6588,9	15941,3
2016.3	1065,2	1679,9	2126,6	3280,9	6557,7	15759,9
2016.4	1059,2	1660,3	2109,8	3218,6	6286,4	15742,7
2017.1	1087,6	1690,0	2092,4	3098,9	5774,4	14727,7
2017.2	1102,2	1695,7	2134,7	3322,1	6673,6	16649,0
2017.3	1096,4	1668,3	2124,9	3276,3	6568,2	16637,7
2017.4	1097,3	1641,6	2094,2	3182,2	6417,5	16786,8
2018.1	1103,9	1658,2	2081,1	3083,6	5897,5	15261,5
2018.2	1105,6	1673,1	2127,8	3278,3	6709,9	16916,3
2018.3	1086,0	1641,0	2097,8	3267,2	6569,0	17341,7
2018.4	1073,8	1634,4	2114,3	3239,3	6305,9	16635,7
2019.1	1097,8	1644,7	2091,4	3106,5	5808,1	15727,7
2019.2	1088,0	1638,0	2168,6	3317,6	6702,4	17428,8
2019.3	1088,7	1625,5	2167,4	3316,8	6635,5	17283,6
2019.4	1068,4	1610,7	2138,6	3212,2	6241,7	17109,8
2020.1	1088,5	1669,5	2124,5	3116,4	5814,0	15584,6
2020.2	1345,7	1874,6	2396,7	3666,5	7201,7	17728,4
2020.3	1257,3	1834,6	2368,0	3608,3	7260,1	17987,7
2020.4	1161,3	1780,9	2227,4	3383,4	6707,1	16586,5
2021.1	1151,0	1723,5	2169,5	3290,0	6197,2	15566,0
2021.2	1119,5	1710,6	2178,8	3383,8	6811,9	16311,8
2021.3	1086,6	1640,0	2121,0	3288,2	6526,7	16225,2
2021.4	1045,8	1587,3	2057,8	3187,9	6257,2	15643,6
2022.1	1082,9	1605,6	2052,2	3059,4	5853,3	14315,6
2022.2	1067,0	1609,3	2075,5	3251,0	6483,4	16031,7
2022.3	1108,4	1649,6	2113,1	3305,9	6638,8	16486,9
2022.4	1072,7	1607,0	2058,3	3174,3	6237,9	15623,9
2023.1	1145,8	1704,1	2128,3	3115,9	5986,7	15180,4
2023.2	1136,2	1721,3	2167,6	3316,1	6624,2	16792,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2023.

TABELA A.2

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Em R\$ de maio de 2023)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1253,4	2533,2	3883,9	6708,7	13022,4	32089,7
2012.2	1255,7	2621,1	4044,1	7104,9	14109,6	34290,7
2012.3	1246,9	2597,8	4021,8	7103,2	14046,0	35164,1
2012.4	1239,5	2566,2	3983,5	6994,9	13698,0	33923,9
2013.1	1255,2	2530,1	3891,7	6751,0	13131,0	32931,1
2013.2	1247,9	2590,2	4028,9	7086,4	13949,1	34983,8
2013.3	1264,7	2588,3	4038,3	7094,9	14005,6	34702,2
2013.4	1252,5	2547,5	3978,4	6989,7	13723,7	33267,8
2014.1	1264,3	2515,3	3900,8	6779,6	13305,1	32549,6
2014.2	1292,3	2619,3	4067,5	7225,6	14213,0	34794,1
2014.3	1295,1	2613,5	4063,3	7210,2	14113,1	34710,7
2014.4	1287,1	2587,0	4016,6	7124,7	13957,7	33645,0
2015.1	1292,1	2531,0	3909,4	6826,8	13281,5	33181,1
2015.2	1283,9	2612,5	4009,3	7102,1	14019,9	35205,0
2015.3	1280,3	2620,3	4046,7	7097,2	13880,5	34277,5
2015.4	1239,8	2556,6	3909,4	6714,6	13136,6	32924,6
2016.1	1237,6	2480,8	3774,3	6335,1	12088,4	30472,1
2016.2	1245,5	2590,2	4024,5	7060,5	13755,3	33065,0
2016.3	1239,8	2570,5	4016,3	6999,1	13653,9	32008,1
2016.4	1232,4	2546,0	3932,5	6785,4	13248,7	32781,6
2017.1	1256,9	2496,8	3796,1	6387,5	12199,9	29923,5
2017.2	1292,9	2640,5	4037,2	7047,9	13914,7	34047,2
2017.3	1286,1	2609,5	4017,9	6947,4	13715,6	34045,2
2017.4	1290,8	2584,4	3915,0	6718,4	13414,3	34827,6
2018.1	1291,2	2508,2	3776,4	6332,9	12320,9	31674,6
2018.2	1295,7	2632,1	3991,6	6946,7	13702,5	35141,8
2018.3	1284,1	2604,5	3958,4	6889,5	13515,4	35489,3
2018.4	1266,7	2564,1	3917,3	6788,8	13320,7	34465,3
2019.1	1280,6	2505,5	3774,0	6385,1	12201,9	31925,4
2019.2	1286,0	2625,4	4049,2	7134,4	13990,1	35524,8
2019.3	1278,4	2606,2	4042,1	7130,4	13864,8	35318,2
2019.4	1260,7	2535,8	3927,7	6847,8	13321,3	34495,3
2020.1	1270,5	2510,3	3825,4	6483,3	12290,7	31086,0
2020.2	1504,9	2881,7	4304,8	7431,1	14439,7	34719,0
2020.3	1428,5	2791,3	4231,9	7386,6	14287,4	35076,2
2020.4	1329,4	2670,0	4056,9	6999,6	13719,9	32370,6
2021.1	1328,6	2566,8	3911,5	6595,6	12489,9	31394,5
2021.2	1301,2	2650,2	4034,9	7024,7	13701,3	32132,5
2021.3	1271,0	2607,0	3991,8	6964,2	13643,6	32317,9
2021.4	1234,1	2537,5	3887,4	6751,5	13172,7	31364,1
2022.1	1249,7	2465,5	3746,6	6358,5	12133,2	28593,1
2022.2	1251,5	2575,3	3978,4	6933,9	13389,1	32223,8
2022.3	1288,6	2645,7	4062,5	7081,0	13795,4	33584,4
2022.4	1222,6	2489,0	3831,3	6654,4	12938,0	31613,4
2023.1	1304,3	2596,2	3927,0	6603,1	12668,5	31107,3
2023.2	1298,5	2696,0	4110,5	7150,9	14034,7	34852,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2023.



TABELA A.3

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade**

(Em R\$ de maio de 2023)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços profissionais
2012.1	1515,3	2836,8	2256,7	2447,1	4005,8
2012.2	1549,2	2820,2	2318,3	2421,2	4055,2
2012.3	1566,6	2817,8	2380,1	2461,5	4045,4
2012.4	1571,2	2816,8	2294,7	2430,3	4100,1
2013.1	1587,8	2823,8	2359,5	2453,3	4214,6
2013.2	1591,1	2878,2	2492,7	2485,0	4140,8
2013.3	1628,5	2889,9	2496,7	2507,0	4205,8
2013.4	1628,4	2874,1	2424,3	2506,2	4126,7
2014.1	1666,1	2982,0	2499,6	2494,0	4223,8
2014.2	1666,9	2890,7	2450,6	2450,9	4295,3
2014.3	1671,9	2991,0	2375,4	2467,3	4221,7
2014.4	1688,5	2866,1	2397,7	2499,1	4249,3
2015.1	1700,0	2975,0	2366,3	2496,3	4221,5
2015.2	1638,5	2975,6	2329,7	2427,9	4218,0
2015.3	1617,6	2928,5	2324,9	2406,5	4097,9
2015.4	1609,0	2918,3	2365,4	2341,5	4109,5
2016.1	1546,7	2895,1	2351,8	2350,8	4276,4
2016.2	1529,8	2843,6	2378,5	2338,1	4051,8
2016.3	1595,8	2890,4	2286,5	2367,6	4131,3
2016.4	1656,3	2783,0	2360,1	2387,1	4241,5
2017.1	1670,5	2881,9	2289,9	2393,6	4331,3
2017.2	1742,4	2887,4	2317,5	2369,9	4175,0
2017.3	1734,9	2913,0	2287,2	2369,7	4290,4
2017.4	1692,4	2953,2	2332,1	2389,8	4299,4
2018.1	1699,9	2991,9	2310,3	2345,4	4326,1
2018.2	1678,1	2967,9	2277,7	2349,4	4266,2
2018.3	1704,4	2983,8	2278,8	2369,9	4250,8
2018.4	1719,5	2930,9	2246,4	2365,2	4317,0
2019.1	1744,3	2992,1	2231,1	2400,4	4258,1
2019.2	1744,1	2940,9	2259,0	2371,3	4171,0
2019.3	1686,6	2927,7	2324,4	2384,0	4202,1
2019.4	1741,0	2984,5	2245,0	2385,7	4288,4
2020.1	1790,8	3062,5	2298,9	2433,7	4287,4
2020.2	1810,0	3252,0	2451,9	2469,8	4179,4
2020.3	1816,5	3308,4	2304,1	2516,9	4493,6
2020.4	1805,6	3127,1	2175,4	2371,7	4294,4
2021.1	1766,6	2915,5	2110,3	2337,8	4155,3
2021.2	1749,0	2862,8	2081,9	2266,1	4265,9
2021.3	1756,1	2832,8	2113,1	2213,6	4080,4
2021.4	1702,8	2631,3	2096,0	2210,1	3922,0
2022.1	1797,1	2711,1	2215,6	2282,3	3990,9
2022.2	1788,0	2676,6	2190,2	2297,7	4065,7
2022.3	1977,8	2776,2	2227,0	2400,0	4214,5
2022.4	1932,7	2795,6	2397,1	2372,6	4315,1
2023.1	1914,4	2818,8	2310,7	2450,2	4298,1
2023.2	1913,0	2799,0	2366,6	2469,8	4287,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2023.

TABELA A.3 (continuação)

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade**

(Em R\$ de maio de 2023)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Transporte	Serviços pessoais e coletivos	Adm. pública	Educação e saúde	Alojamento e alimentação
2012.1	2964,1	2285,4	4746,0	3783,6	2098,9
2012.2	3012,9	2270,8	4670,0	3768,3	2101,2
2012.3	2924,1	2189,1	4656,4	3861,9	2023,1
2012.4	2972,2	2271,9	4637,6	3844,9	2019,3
2013.1	2915,7	2259,2	4760,1	3920,8	2111,3
2013.2	3031,9	2284,1	4781,9	3889,2	2110,6
2013.3	3108,8	2400,4	4790,3	4000,6	2187,9
2013.4	3010,1	2397,6	4901,8	3938,8	2204,5
2014.1	3076,2	2380,4	4986,0	3960,0	2227,3
2014.2	3052,7	2311,0	4862,6	3964,3	2170,4
2014.3	3068,1	2401,6	4780,2	4071,6	2190,9
2014.4	3134,2	2367,9	4995,0	3984,9	2162,0
2015.1	3033,5	2346,6	4921,9	4090,9	2081,0
2015.2	2971,9	2318,6	4952,2	4109,1	2059,9
2015.3	2969,3	2337,3	4998,3	4022,9	2106,2
2015.4	2939,0	2266,4	5094,1	3939,2	2047,5
2016.1	2907,7	2171,9	5092,0	3983,6	2004,9
2016.2	2885,2	2151,0	5202,3	3904,7	1983,5
2016.3	2897,1	2204,6	5105,8	3920,4	1957,3
2016.4	2932,2	2173,2	5328,9	3941,3	1969,5
2017.1	2813,8	2264,9	5447,8	4003,0	1972,7
2017.2	2846,9	2183,2	5197,5	4015,5	1938,2
2017.3	2780,2	2172,8	5170,8	4032,8	1927,9
2017.4	2881,0	2226,2	5163,6	4136,4	1892,7
2018.1	2868,7	2217,4	5319,0	4189,3	1975,9
2018.2	2877,2	2205,1	5319,7	4297,4	1999,7
2018.3	2837,8	2176,5	5306,0	4237,9	1953,0
2018.4	2864,7	2231,6	5444,9	4304,1	1965,1
2019.1	2863,0	2257,1	5640,9	4267,1	1866,2
2019.2	2873,8	2191,2	5509,7	4248,7	1858,9
2019.3	2822,6	2205,8	5529,5	4260,2	1906,3
2019.4	2846,0	2278,5	5621,3	4263,2	1951,5
2020.1	2836,7	2288,4	5537,1	4202,0	1912,6
2020.2	2883,3	2410,8	5437,9	4348,1	1965,0
2020.3	2733,4	2221,6	5662,0	4447,1	1889,4
2020.4	2616,5	2201,0	5718,6	4295,2	1805,9
2021.1	2629,6	2181,6	5719,7	4526,5	1932,9
2021.2	2573,7	2112,2	5478,5	4300,7	1738,6
2021.3	2657,9	2089,4	5018,7	4103,1	1773,8
2021.4	2637,7	2083,7	4922,9	3817,3	1745,4
2022.1	2589,5	2127,7	4824,5	3720,7	1839,4
2022.2	2721,2	2247,1	4861,1	3786,8	1818,8
2022.3	2760,0	2271,7	5017,2	3890,2	1820,5
2022.4	2865,2	2271,6	5011,2	4024,2	1934,1
2023.1	2743,8	2361,2	5133,3	4001,7	2026,5
2023.2	2750,2	2275,4	5075,2	3992,1	1966,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Valores em reais de maio de 2023.

## Anexo

O quadro A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes incluem domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

### QUADRO 1

#### Faixas de renda mensal domiciliar

(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (jan./2009)	Renda domiciliar (maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O quadro A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior (2019), um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

### QUADRO 2

#### Domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º trim./2018	1º trim./2019	4º trim./2019	1º trim./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---